

O GOLPE DE ESTADO DE NOVEMBRO DE 1891 NO BRASIL SOB A ÓPTICA DA IMPRENSA PORTUGUESA

FRANCISCO DAS NEVES ALVES*

RESUMO

Breve estudo das reações dos jornais diários portugueses de tendência monarquista e republicana diante da crise política desencadeada no Brasil em novembro de 1891.

PALAVRAS-CHAVE: Brasil. República. 1891. Imprensa portuguesa.

ABSTRACT

Brief study of the reactions of Portuguese daily newspapers with royalist and republican bias before the political crisis triggered in Brazil in November 1891.

KEYWORDS: Brazil. Republic. 1891. Portuguese press.

Aquele império tropical, única monarquia no horizonte republicano do continente americano, despertava certo interesse por parte da imprensa europeia e, muito mais acentuadamente, da portuguesa. Fosse as identidades culturais e históricas, o saudosismo pelo paraíso perdido da época colonial desde a independência em 1822, os interesses político-ideológicos e econômico-financeiros, ou a forte presença de uma colônia lusa em terras brasileiras, fatores não faltavam para que as informações oriundas do Brasil estivessem afinadas com o gosto dos leitores de jornais lusitanos. Nesse contexto, a queda da forma monárquica de governo, ocorrida a 15 de novembro de 1889, desencadearia uma profusão ainda maior da presença brasileira junto às publicações periódicas portuguesas, num verdadeiro boom jornalístico através da edição de incontáveis matérias noticiosas e/ou opinativas sobre o assunto.

A proclamação da república brasileira e os fenômenos a partir dela advindos foram observados em Portugal sob o prisma dos mais

* Professor de História da FURG. Doutor em História – PUCRS. Pós-Doutorado junto ao ICES (Portugal).

variados gêneros e estilos jornalísticos, estabelecendo-se construções discursivas de múltiplas facetas e modalidades, através de profundos editoriais, rápidas notas, copiosas seções telegráficas, incisivos ou amenos comentários, investigativas entrevistas, jocosas e ácidas pasquinagens e humoradas caricaturas, entre tantas outras formas de reação. Em linhas gerais, o jornalismo luso orientou-se em direção a algumas vertentes básicas, caso daqueles jornais que olhavam para o Brasil e viam a realidade portuguesa, adotando uma postura política acentuadamente republicana ou monarquista, ou daqueles periódicos que buscavam manter a primazia do caráter noticioso, através de uma propalada neutralidade, ou ainda a pequena imprensa que, em geral, apresentava os acontecimentos por um viés mais crítico, por vezes embasado na ironia e no humor.

O título “Os acontecimentos do Brasil” passaria a ser um dos mais recorrentes no seio do jornalismo português desde aquele novembro de 1889 e a cada uma das crises enfrentadas pela jovem república a partir de então. Dentre os jornais que optaram por uma construção discursiva calcada no conteúdo político-ideológico, desde os primeiros momentos, já se poderia observar um encaminhamento dicotômico e maniqueísta. Para as publicações lusas de cunho monárquico, a proclamação da república brasileira fora considerada como um verdadeiro desatino e uma inaceitável traição ao imperador D. Pedro II, já os periódicos de natureza republicana não pouparam esforços para festejar a mudança na forma de governo brasileira, apontada como a conclusão natural de um devir histórico coadunado com uma América republicana. Valia para tais jornais uma versão espelhada dos fatos, uma vez que, ao informar/comentar sobre o Brasil, estavam em verdade observando o próprio contexto político português, desejosas as folhas monarquistas de manter o *status quo*, ao passo que as publicações republicanas pretendiam recrudescer a luta pelos ideais antimonárquicos.

A partir da instauração da república, desenvolveu-se profundo conflito discursivo na conjuntura do jornalismo luso, digladiando-se, às vezes ferozmente, monarquistas e republicanos. Para aqueles, o Brasil entrara numa época de incertezas, com ameaças constantes de rupturas institucionais, desmembramentos e guerras civis. Já para estes, a jovem república finalmente iria marchar firme em direção ao progresso, harmonizada com os vizinhos americanos. A cada crise que a nova forma de governo brasileira enfrentava, acirrava-se tal confronto discursivo, vendo os monárquicos a confirmação de seus escatológicos vaticínios e os republicanos lutando para suavizar o

quadro de dificuldades, reduzindo os possíveis impactos a simples correções dos trajetos da nova institucionalização. Quando em novembro de 1891, o primeiro presidente da república, marechal Deodoro da Fonseca, não satisfeito com a tradicional divisão de poderes entre executivo e legislativo, tentou perpetrar um golpe de estado, fechando o congresso para passar a governar novamente de modo ditatorial, desencadear-se-ia a primeira grande crise da república brasileira. As fortes reações acabariam por levar à queda de Deodoro com a ascensão do seu vice, o marechal Floriano Peixoto, que governaria sob verdadeiro estado de exceção, tendo em vista o agravamento da crise.

O golpe de estado de Deodoro acabaria por servir de mote fundamental para o jornalismo português, qualquer que fosse o gênero ou o norte editorial do periódico, num quadro pelo qual as folhas engajadas político-ideologicamente não perderiam a oportunidade para se manifestar, com as republicanas colocando panos quentes sobre a crise e as monárquicas considerando que naquele momento se materializavam suas previsões pessimistas para com o Brasil sob a forma de governo republicano. Naquele final de século XIX, a imprensa portuguesa passava por uma fase de expansão quantitativa e qualitativa, circulando os mais variados tipos de jornais, desde os tradicionais diários, os semanários regionais, os caricatos, os pasquins e representantes de determinados segmentos socioeconômicos, entre outros. O grande destaque era a capital Lisboa, detentora do maior número de publicações e secundada pela cidade do Porto, mas o jornalismo espalhava-se pela maior parte das localidades ao longo do território nacional¹. O debate entre

¹ A respeito da evolução histórica do jornalismo lusitano, observar: ALVES, Luís Alberto Marques. *Subsídios para a história da imprensa em Portugal*. Porto: Centro de Estudos Humanísticos, 1983.; ARANHA, Pedro W. de Brito. *Mouvement de l'apresse périodique em Portugal de 1894 a 1899*. Lisboa: Imprimerie Nationale, 1900.; CUNHA, Alfredo da. *Relances sobre os três séculos do jornalismo português*. Lisboa: Gráfica Santelmo, 1941.; PEREIRA, Augusto Xavier da Silva. *O jornalismo português: resenha cronológica*. Lisboa: Tip. Soares, 1895.; PEREIRA, Augusto Xavier da Silva. *Os jornais portugueses: sua filiação e metamorfoses*. Lisboa: Imp. de Libanio da Silva, 1897.; RAFAEL, Gina Guedes & SANTOS, Manuela. *Jornais e revistas portugueses do século XIX*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 2001-2002. ROCHA MARTINS. *Pequena história da imprensa portuguesa*. Lisboa: Editorial Inquérito, 1941.; RODRÍGUEZ, Alberto Pena. História do jornalismo português. In: QUINTERO, Alejandro Pizarroso (coord.). *História da imprensa*. Lisboa: Planeta Editora, 1996. p. 351-396.; TENGARRINHA, José. *História da imprensa periódica portuguesa*. 2.ed. Lisboa: Editorial Caminho, 1989.; TENGARRINHA, José. Imprensa. In: SERRÃO, Joel (dir.) *Dicionário de História de Portugal*. Porto: Figueirinhas, 2000. v. 3. p. 246-273.; e TENGARRINHA, José. *Imprensa e opinião pública em Portugal*. Coimbra: Edições Minerva Coimbra, 2006.

a imprensa monárquica e republicana por ocasião da crise brasileira de 1891 pode ser observado a partir do estudo de alguns jornais diários lisboenses e portuenses².

AS DESGRAÇAS TRAZIDAS PELA REPÚBLICA AO BRASIL: AS REAÇÕES DA IMPRENSA MONÁRQUICA

A imprensa de matiz monárquico não perderia a oportunidade do golpe de estado perpetrado pelo primeiro presidente para tecer ferrenhas críticas à nova forma de governo do Brasil. Até mesmo algumas das publicações que, em 1889, haviam optado por uma moderação na abordagem do tema ou buscaram manter certa neutralidade informativa deixariam transparecer uma inspiração monarquista e viriam também a censurar os acontecimentos políticos brasileiros. Os pontos de ataque à república foram mantidos, renovados ou ainda outros viriam a ser lançados à leitura do público, entre eles, a premissa de que aquela forma de governo não servira ao Brasil; a perspectiva maniqueísta entre monarquia e república; a lição histórica que a conturbação no cenário brasileiro estaria a trazer acerca dos malefícios do regime; a crise financeira; os riscos da desintegração, do separatismo e da guerra civil; os reflexos de tal situação em Portugal e o conflito discursivo sustentado com as folhas republicanas portuguesas³.

No início de novembro, o *Comércio de Portugal* referia-se às notícias de graves acontecimentos políticos, ocorridos no Brasil, explicando de modo crítico que ainda não havia dois anos que uma revolta militar derrubara um trono, quando meia dúzia de ambiciosos triunfantes expulsara o chefe legítimo da nação, e, depois disso, quantas desgraças já tinha a história daquele grande e ilustre povo a registrar. Vaticinava o jornal que, se no coração generoso e magnânimo do príncipe banido pudesse haver o sentimento do despeito e o desejo da vingança, como ele se teria consolado vendo, após a sua queda, cair uma por uma todas as liberdades públicas e rasgarem-se, pela imprudência e incapacidade dos

² Um breve histórico destes jornais pode ser observado em: ALVES, Francisco das Neves. *Olhares impressos – a república brasileira sob o prisma da imprensa lusitana: repercussões e ruptura diplomática (1889-1895)*. Lisboa: ICES, 2012. p. 26-71. O critério para a seleção dos periódicos analisados recaiu sobre os jornais diários que circulavam ao final de 1891 nas cidades de Lisboa e do Porto, disponibilizados para pesquisa no acervo da Biblioteca Nacional de Portugal durante pesquisas realizadas nos anos de 2009 e 2013.

³ ALVES, p. 152.

homens, os títulos gloriosos das mais honrosas tradições que davam a esse povo direito aos respeitos e à consideração dos estrangeiros. Mas fazia a ressalva de que se dava o contrário, pois, de toda a numerosa família brasileira, ninguém sentia mais do que aquele herói e mártir as desgraças da pátria querida⁴.

Retomando as previsões negativas quanto ao futuro do Brasil, estabelecidas ainda à época da proclamação da república, o periódico lisbonense noticiava o golpe de estado de Deodoro e comentava que assim vinham se realizando as profecias daqueles que, conhecendo o caráter do povo brasileiro e receando a influência dos povos vizinhos, anunciavam a nova república destinada à triste sorte de todas as repúblicas da América do Sul, onde a lei parecia ser incompatível com a liberdade e a liberdade com a ordem. O recado às folhas republicanas já se fazia sentir nas páginas do *Comércio de Portugal* ao anunciar que não deixaria de fazer sentir àqueles que procuravam alterar o estado de coisas na nação lusa e pensavam poder fazer a fortuna lançando o país no caminho das aventuras, pelo qual era fácil passar, como estava sucedendo no Brasil, ou seja, com a passagem do sossego à revolução e da liberdade à ditadura. Segundo o jornal, para isso não valeria realmente a pena abalar uma sociedade desde os seus alicerces, lançar um país nos horrores da guerra civil e fazer de um povo honrado e benquisto o escárnio e o desprezo de todas as outras nações cultas⁵.

O *Dia*, apesar de tentar deixar transparecer certa postura moderada, acabou por também demarcar sua inspiração monarquista. Sob o título “Crise no Brasil”, o jornal descrevia a dissolução do congresso, a promulgação da lei marcial e a adoção de parte do presidente da república de faculdades discricionárias para si mesmo, fatos que constituiriam circunstâncias que, no caso de serem verdadeiras, revelavam uma situação geral muito mais grave. Na concepção da publicação lisboeta, se o presidente tivesse passado de chefe do estado para caudilho de uma facção, mais ou menos numerosa, mais ou menos aventureira, não seria difícil prever as deploráveis e desastrosas consequências que poderiam advir de uma tão irrefletida audácia⁶. Na mesma linha, *O Economista* fazia referência a estarem ocorrendo no Brasil fatos de suma

⁴ COMÉRCIO DE PORTUGAL. Lisboa, 5 de novembro de 1891. Ano 13. N. 3.690. p. 1.

⁵ COMÉRCIO DE PORTUGAL. Lisboa, 5 de novembro de 1891. Ano 13. N. 3.690. p. 1.

⁶ O DIA. Lisboa, 5 de novembro de 1891. Ano 4. N. 1.292. p. 1.

gravidade⁷ e o *Diário Popular* noticiava os acontecimentos graves ocorridos na jovem república⁸. Sustentando sua posição monarquista, o *Diário Ilustrado* informava que, na república brasileira, o marechal Deodoro dissolvera as câmaras e dirigira um manifesto ao país, estando a esperar pormenores sobre o assunto, mas fazendo a ressalva de que o parlamento brasileiro fora eleito depois de um ano de ditadura, e quando os jornais do Rio publicaram a lista dos eleitos, acentuaram que nenhum deles era monárquico⁹, buscando claramente demarcar os culpados pela crise que agitava a nação tropical.

A lembrança dos vaticínios lançados em 1889 era também realizada pela publicação diária *Portugal*, ao lançar o comentário de que o Brasil, havia dois anos, dera em terra com o império, através de uma cabala política explorada pelo ardor democrático de alguns alunos das escolas militares, momento no qual, de todos os lados surdiram profecias das horas tristes que o futuro reservava à recém-vinda república. Na concepção da folha, os fatos iam desgraçadamente dando razão aos pessimistas, de modo que os acontecimentos eram apenas o prelúdio do que se sucederia, tendo chegado o momento das reivindicações autonomistas das províncias mais distantes. Explicava que a unidade da época imperial impunha-se às diversas províncias, pela harmonia dos processos governativos, incapazes de despertar as rivalidades locais que eram sempre o mais ativo fermento das revoltas contra o poder central e, uma vez sumido na voragem de uma arruaça que o êxito coroou, juntamente com o império se romperia o frouxo elo que ligava as antigas províncias. Diante de tais argumentos, previa que, na situação atual dos espíritos do Brasil, um golpe de estado anunciava-se como preliminar de uma nova crise política, de onde talvez não saísse inteira a unidade republicana¹⁰.

O *Economista* falava da instalação da ditadura no Brasil, informando que nada se sabia de positivo da gravíssima situação na qual se encontrava a jovem república¹¹. No mesmo sentido, a publicação portuense *A Província* comentava que voltara o Brasil, depois de tão curto e pouco produtivo período de legalidade, à ditadura que se seguira ao estabelecimento da república, ditadura

⁷ O ECONOMISTA. Lisboa, 5 de novembro de 1891. Ano 11. N. 3.048. p. 1.

⁸ DIÁRIO POPULAR. Lisboa, 5 de novembro de 1891. Ano. 26. N. 8.802. p. 1.

⁹ DIÁRIO ILUSTRADO. Lisboa, 5 de novembro de 1891. Ano 20. N. 6.681. p. 2.

¹⁰ PORTUGAL. Lisboa, 5 de novembro de 1891. Ano 2. N. 326. p. 1.

¹¹ O ECONOMISTA. Lisboa, 6 de novembro de 1891. Ano 11. N. 3.049. p. 1.

que tão caro lhe custara e que tanto deprimira todos os elementos vitais do país¹². Ainda que fizesse a ressalva de que os portugueses nada tinham com a fórmula de governo por que o Brasil entendera dever dirigir os seus destinos políticos, o *Diário Ilustrado* ponderava que não poderia deixar de tirar dos fatos a lição que eles encerravam, opinando que só havia uma verdade, ou seja, que em nome da *liberdade*, que seria lema da bandeira republicana, o Brasil estava nos braços do absolutismo da ditadura, mais discricionário que o absolutismo tradicional. Lembrando o passado recente, a folha explanava que a vida tranquila e gloriosa do velho império, em cinquenta anos de vida constitucional, encerrara-se, dando lugar a uma situação tensa, que se manifestava nas condições econômicas do país, as quais eram por todos conhecidas nos seus mais dolorosos efeitos. Segundo o *Ilustrado*, os conflitos sucediam-se e as profecias que a experiência autorizara, à época da revolta de 15 de novembro de 1889, todos os dias vinham a tornar-se realidade¹³.

Seguindo a mesma linha de pensamento, *O Diário Popular*, apesar de dizer que reconhecia e respeitava o direito que todos os países tinham de se governarem como bem entendessem, dava-se o direito de responder aos impérios com que todos os dias era assaltada a monarquia em Portugal, e de apontar as funestas consequências que para o povo brasileiro resultara da queda do bondoso e ilustre imperador D. Pedro II. De acordo com o jornal, ali estava um povo da raça lusa que a proclamação da instituição republicana levava às mais desastrosas consequências, uma vez que o Brasil vivia tranquilo e rico, estava altíssimo o seu crédito, aumentava todos os dias a sua riqueza, gozava-se ali a mais ampla liberdade e o império caminhava rápido para ser a nação preponderante no vastíssimo sul-americano; mas, mesmo diante de tais circunstâncias, certo dia, ocorrera a revolta dos quartéis, fora expulso o velho e respeitável imperador e proclamara-se a república. O periódico tripudiava dos republicanos ao afirmar que, conforme os profetas da terra lusitana, a partir de então, deveria raiar esplêndido o sol da liberdade e a providência despejaria sobre o Brasil uma cornucópia enorme de prosperidade e riquezas. Diante de tais previsões, a folha argumentava contrariamente, apontando para os resultados tristíssimos que profundamente lastimavam todos os amigos do povo brasileiro e que estavam patentes, desastrosos e terríveis, ainda não se tendo chegado ao fim, somando-se a eles o

¹² A PROVÍNCIA. Porto, 6 de novembro de 1891. Ano 7. N. 254. p. 1.

¹³ DIÁRIO ILUSTRADO. Lisboa, 6 de novembro de 1891. Ano 20. N. 6.682. p. 2.

autoritarismo, os desmandos das verbas públicas e a especulação desenfreada¹⁴.

Os caminhos ditatoriais que seriam típicos da forma republicana eram também lembrados pelo mesmo jornal, ao ressaltar que a tal ponto chegara a intensidade do mal, que o governo da república de novo se vira obrigado a converter em ditadura militar e a decretar o estado de sítio¹⁵. Ao comentar os sucessos no Brasil, *O Português* lembrava que a implantação de regimes ditatoriais tornara-se comum nos países republicanos. Em termos de exemplo, a folha chamava atenção para a recorrência das ditaduras militares nas repúblicas latino-americanas, lembrando de governantes como Rosas na Argentina, Lopez no Paraguai, Santana no México, Barillas no Salvador e Balmaceda no Chile. Diante disso, ressaltava que ninguém teria condições de saber o que viria a ser a ditadura do marechal Deodoro, entretanto seria lícito deduzir das lições da história que deveriam ocorrer sobressaltos e receios, afetando um país irmão como Portugal, que continha numerosas colônias em terras brasileiras e que, portanto, ninguém iria receber com indiferença quaisquer sucessos que perturbassem a paz e a prosperidade daquela nação¹⁶.

A respeito do Brasil, *A Tarde* citava notícias que, segundo ela, pintavam em cores verdadeiramente horríveis a situação da república, vindo a constituir um sudário constrangedor¹⁷. Buscando fazer a ressalva de que se absteria de comentários, para que não lhe acoimassem de preocupado por qualquer *chauvinismo*, que não estaria nas suas intenções, o *Diário Ilustrado* afirmava que aguardaria as narrações minuciosas da imprensa fluminense, se acaso ela tiver ao menos a liberdade necessária para narrar os fatos¹⁸, revelando suas incertezas para com a nova forma de governo brasileira. Em perspectiva próxima, o *Correio da Manhã* afirmava que não valeria a pena mostrar ao público as lições que se encerravam nos acontecimentos do Brasil, pois eles seriam bem fáceis de prever e muitas vezes anunciados. Para a folha, as evoluções políticas obedeciam a uma lei que tinha quase a certeza das leis físicas, entretanto os declamadores e os que pelas declamações se deixavam arrastar não se convenciam disso, de modo que a república brasileira

¹⁴ DIÁRIO POPULAR. Lisboa, 6 de novembro de 1891. Ano. 26. N. 8.803. p. 1.

¹⁵ DIÁRIO POPULAR. Lisboa, 6 de novembro de 1891. Ano. 26. N. 8.803. p. 1.

¹⁶ O PORTUGUÊS. Lisboa, 6 de novembro de 1891. Ano 4. N. 1.283. p. 1.

¹⁷ A TARDE. Lisboa, 7 de novembro de 1891. Ano 3. N. 870. p. 1.

¹⁸ DIÁRIO ILUSTRADO. Lisboa, 7 de novembro de 1891. Ano 20. N. 6.683. p. 2.

entrara numa fase facilmente prevista por todos os que liam a história com algum critério, não havendo o que estranhar e chegando a ser de uma banalidade desesperadora esta peripécia seguríssima da política republicana. Nessa linha, o periódico sustentava o conflito discursivo com a imprensa republicana, ao destacar que a república brasileira haveria de ir seguindo o seu caminho histórico, conduzindo o país à ruína e ao separatismo, e os basbaques dos leitores do jornal republicano *Século* haveriam de continuar a imaginar que a república deles seria de outra casta de república, e que a sua *ideia nova* não haveria de ser, como estava sendo em toda a parte, uma ideia velha, batida e condenada¹⁹.

A visão espelhada era expressa também por *O Economista*, segundo o qual os acontecimentos políticos, administrativos e econômicos que tiveram o Brasil por teatro deveriam servir de lição aos simples e ingênuos que imaginavam ser a coisa mais inofensiva para qualquer país a mudança súbita das suas instituições. O jornal lembrava os propagandistas da república que afirmavam o quão simples e pouco impactante fora a feitura da república no Brasil, enfatizando que tal exclamação encontrava eco, de modo que muita gente observava por sua vez que, sendo a transformação tão boa de operar, valia a pena fazer uma experiência. Mas advertia que a crise política brasileira mostrara que havia fatos que, na aparência de uma simplicidade extrema, eram fatalíssimos nas suas consequências e nos seus efeitos, de maneira que ninguém poderia dizer que a sorte do Brasil fosse invejável depois da queda do império, pois o que se tinha passado ali, num período tão curto, era por tal modo grave, que não haveria talvez um canto do mundo onde não houvessem chegado os resultados desse acontecimento nascido de uma grande precipitação. Para a folha, as precipitações, as utopias e os devaneios custavam caro, já que não se poderia jogar impunemente com a sorte de uma nação e as lições da história não eram para serem esquecidas ou calcadas, uma vez que não haveria mestra como ela para o ensinamento dos povos. Garantindo suas convicções, o periódico destacava que o governo monárquico era o que oferecia mais seguras garantias, e tanto assim que os países que passavam da monarquia para a república, em pouco tempo só tinham da república o nome, concluindo que o exemplo era tremendo e que ninguém quisesse vê-lo reproduzido em casa²⁰.

Um dos mais enfáticos em suas posições, o *Diário Popular*,

¹⁹ CORREIO DA MANHÃ. Lisboa, 7 de novembro de 1891. Ano 8. N. 2.147. p. 1.

²⁰ O ECONOMISTA. Lisboa, 7 de novembro de 1891. Ano 11. N. 3.050. p. 1.

comentava o estado de perturbação social e política com que se via a braços o Brasil, o qual, poucos meses antes, fora tão liberal, tão pacífico, tão rico e tão próspero. Afirmava que não desejava sustentar que só a república fosse um governo de desastre, ou a monarquia regime de felicidades, mas pretendia tirar a lição eloquente dos fatos resultantes, pois não haveria desgraça maior que pretender um país o estabelecimento de instituições que destoassem das suas tradições ou que nos costumes não se achassem radicadas. De acordo com o jornal, o Brasil era um país monárquico e com a monarquia vivia tranquilo e rico; as suas tradições eram as de tal forma de governo, não estava educado nem preparado para uma rápida transformação política. Entretanto, uma revolta de quartel pretendia implantar violentamente o sistema, que não era das tradições, nem da educação, nem aconselhava nenhuma conveniência social ou política, e os resultados desastrosos não tardaram a confirmar a lição que a história vinha dando em todos os tempos, em todos os países. Apesar de tais apreensões, o periódico expressava que seus votos mais sinceros eram que a paz, a liberdade e a prosperidade se restabelecessem no Brasil, qualquer que fosse o regime governativo existente ali, mas manifestava forte oposição aos devaneios dos fanáticos ou dos especuladores do lado europeu do Atlântico, mostrando as tristes consequências das vitórias das suas utopias do lado brasileiro, de modo que a lição dos fatos seria esmagadora na sua triste realidade²¹.

Não esquecendo a família imperial destronada, *O Português* fazia referência à entrevista dada por D. Pedro II, na qual ele se declarara completamente estranho aos sucessos do Brasil, os quais deplorava pelo horror que tinha à guerra civil, chegando a preferir no seu lugar o próprio exílio, reação que daria prova do seu amor pela nação. Segundo as informações expressas pelo jornal, o ex-imperador nada faria para o restabelecimento do trono, mas se os brasileiros o chamassem, deveria esquecer a sua idade e os seus achaques e correr os riscos dessa longa viagem para consagrar a felicidade do Brasil, o que lhe restava de forças e de vida²². Através desse breve comentário, a publicação lusitana pregava, ainda que indiretamente, a restauração da forma monárquica no Brasil, fenômeno que tantas repercussões e divergências viriam a estabelecer nas relações luso-brasileiras.

²¹ DIÁRIO POPULAR. Lisboa, 7 de novembro de 1891. Ano. 26. N. 8.804. p. 1.

²² O PORTUGUÊS. Lisboa, 8 de novembro de 1891. Ano 4. N. 1.285. p. 1.

Seguindo uma linha didático-doutrinária, *O Economista* apresentou o artigo “Erros que se pagam”, no qual afirmava que se o plano do ditador brasileiro consistia em expulsar do Brasil os monárquicos, parecia à folha que ficaria despovoado aquele vastíssimo país. A folha explicava sua previsão, afirmando que, em primeiro lugar, não havia ali um partido republicano tão numeroso, tão crente e tão unido que justificasse a evolução que se operara; em segundo lugar, os que eram afetos à antiga forma do governo deveriam estar mais do que confirmados nas suas crenças, as quais os acontecimentos vinham dando toda a razão; e, em terceiro lugar, os que não eram dados a tentações políticas deveriam ter reconhecido, por uma comparação muito fácil entre o passado e o presente, que o país desandara para a beira do abismo, depois da evolução realizada. Diante disso, conjecturava que os brasileiros haveriam por força de concluir que o sistema anterior lhe era muito mais propício que o republicano. No entender do periódico, enquanto não se saía do campo das teorias e não se passava da retórica e das declamações, tudo se afigurava cor de rosa; entretanto, no momento em que se descia à prática, era-se forçado a realizar utopias, que, por serem utopias, eram irrealizáveis, ficando patentes as dificuldades, os conflitos, os desesperos, os desenganos e a anarquia. Para o jornal, o Brasil fora sacrificado em todos os seus interesses com a transformação operada, de maneira que não admirava que crescessem as saudades do passado, nem que pudesse vir a ocorrer um movimento para reaver o bem cuja perda as fizera nascer. O texto era arrematado pela afirmação de que o Brasil estava florescente, sendo como que a terra da promessa para todos que sonhavam com a fortuna, mas em dois anos o Brasil quase que não contava consigo mesmo, de forma que como poderiam os outros contar com ele²³.

O *Jornal do Porto* também deixaria de lado uma postura inicial mais moderada ao referir-se ao Brasil, considerando que as medidas presidenciais não deixavam de ser talvez um presságio terrível de outras conflagrações que poderiam ser a ruína do país, arrastando até mesmo os portugueses para as beiras do precipício, devendo haver um trabalho coletivo para evitar tais destinos. Segundo a folha, mesmo que não tivesse ocorrido derramamento de sangue em 1889, naquele momento, tal ocorrência seria inevitável, pois a intriga desenrolara o rastilho, os descontentamentos chegaram ao fogo e a

²³ O ECONOMISTA. Lisboa, 10 de novembro de 1891. Ano 11. N. 3.052. p. 1.

paixão indômita explodira²⁴. Ainda sobre os riscos que afligiam o Brasil, *O Dia* opinava que a crise no Brasil acarretaria desagregação político-territorial do país, comentando que nessa desagregação o que mais preocuparia não seria a constituição das independências, e sim as lutas tremendas e sanguinolentas que iriam se suceder, quando os grandes estados, que tinham elementos de vida própria, pretendessem anexar os vizinhos que não tinham meios de existência e cuja posse todos disputariam. A partir de tais previsões, o jornal concluiu que se poderia tirar uma ensinadora ilação, ou seja, que seria tão fácil uma revolta de caserna expatriar um velho imperante, como seria difícil que viesse depois a se estabelecer uma república viável e duradoura²⁵.

Na linha do ensinamento, quanto aos propalados males da república, com ironia, *O Economista* publicou a matéria “Aprendamos”, na qual fazia referência às felicidades, à paz e às grandes reformas prometidas pelos republicanos que não teriam sido cumpridas e, fazendo a comparação com o regime decaído, afirmava que, de repente, o país que tinha o seu crédito mais abalado, a sua tranquilidade mais comprometida e o seu dia de amanhã mais ameaçado, era justamente aquele que, havia tão pouco tempo, estava florescente, sossegado, numa situação brilhantíssima a auspiciar os seus destinos e, se não houvesse cedido às precipitações de uma ideia ambiciosa, ainda estaria naquelas condições alvissareiras²⁶. Seguindo também a perspectiva didática, a publicação *Portugal* apostava que uma luta civil seria o prelúdio do completo desmembramento do florescente império de D. Pedro II, o que serviria como um ensinamento da história. A folha explicava que a índole dos povos sul-americanos era de natureza a incutir preocupações, sendo natural reproduzirem-se, com o mesmo horror, os incidentes que tinham tantas vezes manchado a história das repúblicas espanholas da América e avisava que, na série das provações por que passavam os portugueses, esses acontecimentos tinham uma desgraçada reflexão acerca dos males advindos daquela mudança na forma de governo²⁷.

As possibilidades de agravamento da crise, com o espocar da guerra civil e a possibilidade do desmembramento territorial passavam a ser um dos motes mais recorrentes nas folhas monarquistas. Para o

²⁴ JORNAL DO PORTO. Porto, 11 de novembro de 1891. Ano 33. N. 267. p. 1.

²⁵ O DIA. Lisboa, 11 de novembro de 1891. Ano 4. N. 1.297. p.1.

²⁶ O ECONOMISTA. Lisboa, 12 de novembro de 1891. Ano 11. N. 3.054. p. 1.

²⁷ PORTUGAL. Lisboa, 12 de novembro de 1891. Ano 2. N. 332. p. 1.

Correio da Manhã, o separatismo era o perigo mais grave que ameaçava a república brasileira, indicando que no Brasil procedia-se com certa leviandade, animando-se umas separações de representantes de diversos estados, que podiam ter funestas consequências, havendo bancada rio-grandense, bancada paulista e bancada baiana, sendo tudo isso nefasto e digno de censura²⁸. A *Província*, por sua vez, considerava que a situação da nacionalidade brasileira era de uma extrema agudeza, que não poderia deixar de preocupar vivamente, prevendo que ou a guerra civil, ou o desmembramento fatal do grande império, que constituía ainda havia pouco o mais glorioso atestado da capacidade colonizadora lusa, seriam os prováveis resultados daquela perigosa aventura desencadeada em 1889. Na concepção do periódico, tal acontecimento serviria como uma lição tremenda aos que, entre os portugueses, julgavam fácil romper com a tradição que mais eficazmente garantia a autonomia e a independência nacional contra os possíveis azares da evolução política da Europa. A folha manifestava uma invencível tristeza ao ver arriscado e comprometido o futuro daquela nacionalidade que, durante tantos anos, fora entre as repúblicas anarquizadas da América do Sul, um consolador exemplo de quanto podia e valia um regime de liberdade e de ordem, que se fundava na tradição e que se harmonizava com os verdadeiros interesses do país e que, numa hora de desvario sacrificara tudo à quimera revolucionária que uns acariciavam e às ambições menos lícitas que outros nutriam e os resultados apareciam como uma lição que não poderia nem deveria ficar desaproveitada²⁹.

Além de tais riscos, as edições monarquistas observavam os efeitos negativos da crise brasileira no campo econômico, com reflexos inclusive em Portugal. Para o *Jornal do Porto*, as comoções políticas do Brasil traziam dificuldades financeiras públicas e particulares para os lusos, como consequência do retraimento dos capitais e mesmo da escassez, pelo represamento de muitos milhares de contos de réis no Brasil. Previa o periódico que avançariam a especulação, a agiotagem, a exploração e a carestia, de modo que tais dificuldades econômico-financeiras poderiam agravar ainda mais a crise política³⁰. Na versão da publicação *Novidades*, as coisas no Brasil iam tomando um aspecto cuja gravidade não se poderia disfarçar, conjeturando que se os

²⁸ CORREIO DA MANHÃ. Lisboa, 13 de novembro de 1891. Ano 8. N. 2.152. p. 1.

²⁹ A PROVÍNCIA. Porto, 13 de novembro de 1891. Ano 7. N. 260. p. 1.

³⁰ JORNAL DO PORTO. Porto, 13 de novembro de 1891. Ano 33. N. 269. p. 1.

movimentos insurrecionais ainda não eram definitivamente o sinal da desagregação geral desse país tão grande, nem por isso deixariam de colocar o governo central numa posição bastante crítica. Segundo o jornal, o Brasil parecia ter entrado, depois da queda da monarquia liberal de D. Pedro e da proclamação da república, num período de convulsões políticas, de discórdias intestinas, de revoluções e de golpes de estado, que poderia prolongar-se, e comprometer por muito tempo as suas liberdades e a sua prosperidade agrícola, comercial e financeira³¹.

O *Correio da Manhã* também analisava a situação econômica e política do Brasil, lembrando que, neste país, estava se dando a eterna história das repúblicas: luta entre congresso e presidente; quebra de um deles que era quase sempre o congresso, de modo que o presidente passava a dispor de todos os recursos de um governo. O jornal apontava que o Brasil poderia ser imperialista ou republicano e os portugueses nada tinham com isso e que, sendo republicano, vivesse à sombra de um regime liberal ou sujeito ao despotismo de um ditador, também era assunto a que os lusos deveriam estar alheios. Entretanto, não aceitava que de todos os fatos estranhos que se davam no Brasil resultassem desastres econômicos, pois isso prejudicava notavelmente os lusitanos, por causa das íntimas relações que ligavam entre si o trabalho brasileiro e o português. Para o periódico, as manobras financeiras vinham sendo um dos tristes sintomas da anarquia moral em que o Brasil se debatia, tendo no câmbio a mais desastrosa influência, e muito funesta aos interesses lusos³². Nesse sentido, *O Economista* opinava que ninguém estaria a exultar com a situação da república brasileira, apenas por ser república, pois quem assim procedesse diante de uma enormíssima desgraça teria uma péssima índole, mas não aceitava de modo algum que tais acontecimentos se estendessem ao contexto português³³.

O golpe e a queda de Deodoro seriam vistos pelas publicações monárquicas como um sinal da instabilidade republicana e como uma verdadeira lição aos brasileiros pela forma como teriam agido com o decaído imperador. Nessa conjuntura, o *Comércio de Portugal* manifestava o desejo de que o Brasil conseguisse libertar-se da odiosa oligarquia que o reduzira em dois anos à última extremidade, e que os patriotas desinteressados e

³¹ NOVIDADES. Lisboa, 17 de novembro de 1891. Ano 7. N. 2.329. p. 1.

³² CORREIO DA MANHÃ. Lisboa, 19 de novembro de 1891. Ano 8. N. 2.157. p. 1.

³³ O ECONOMISTA. Lisboa, 19 de novembro de 1891. Ano 11. N. 3.060. p. 1.

leais conseguissem colocar a administração daquela bela e gloriosa nacionalidade em condições de prosseguir em busca do seu ideal de engrandecimento e de prosperidade que tão longe, profícua e eficazmente fora favorecida sob a ilustrada, esclarecida e honrada direção de D. Pedro II. O jornal via, na queda de Deodoro, uma lição do destino, considerando que ele atraíçoa os seus juramentos de fidelidade ao imperador brasileiro, podendo vir a queixar-se dos ingratos, a relembrar os favores acumulados e esquecidos e a sentir dolorosamente o abandono de todos os que o adularam e de todos os que procuraram engrandecer-se e locupletar-se à sua sombra, ou seja, estaria exatamente na situação em que se achara Pedro II naquela angustiosa noite de 15 para 16 de novembro de 1889, com a diferença apenas de que o imperador teria para relembrar os serviços e favores de quase meio século, e Deodoro apenas os de dois anos. – É certo, é certo, que Deus não dorme!³⁴ – era a sentença estabelecida pela folha.

Seguindo o mesmo espírito acerca da derrubada de Deodoro do poder, O Dia afirmava que uma revolução o levava ao poder e uma revolta o destituía, constituindo um caso lógico e ao mesmo tempo um alto ensinamento político³⁵. Já a folha *Novidades* lamentava as desgraças que sobre o Brasil tinha trazido a república, sentindo, como desventura própria, as desventuras que afligiam os brasileiros, depois que renunciaram às antigas instituições, que durante largos anos lhes asseguraram a paz e o desenvolvimento da sua riqueza³⁶. Já para a publicação *Portugal* os acontecimentos no Brasil beiravam o cômico, uma vez que eram decorridos dois anos desde a inábil expulsão de um monarca, ao qual tanto devera o império, e o famoso caudilho da revolta de novembro, decaído do efêmero prestígio da vitória, vira levantar-se contra si as espadas dos *condottieri* que o puseram nas eminências do poder³⁷.

Mais uma vez eram lembradas as previsões de 1889, sendo apontados todos os tristes vaticínios feitos ao advento da república, prevendo-se que, no futuro, chegaria a vez de o novo ditador submeter-se às imposições dos que se arrogavam o direito de fazer e desfazer ministros, ao passo que tudo se inverteria e aos horrores de uma crise econômica iriam seguir-se os horrores de uma desenfreada anarquia. Segundo a folha *Portugal*, era de crer que os

³⁴ COMÉRCIO DE PORTUGAL. Lisboa, 24 de novembro de 1891. Ano 13. N. 3.706. p. 1.

³⁵ O DIA. Lisboa, 24 de novembro de 1891. Ano 4. N. 1.309. p. 1.

³⁶ NOVIDADES. Lisboa, 24 de novembro de 1891. Ano 7. N. 2.335. p. 1.

³⁷ PORTUGAL. Lisboa, 24 de novembro de 1891. Ano 2. N. 342. p. 1.

episódios sanguinolentos das repúblicas espanholas se reproduziriam inteiramente nas vilas e cidades do antigo império brasileiro, de maneira que não valera a pena ter, ingratamente, expulso um velho, cujo alevantado espírito se consagrara todo à felicidade tranquila do seu povo, para cair naquele abismo que ameaçava tudo subverter. O periódico ressaltava que o prazer de citar um flagrante exemplo aos pescadores de aventuras que medravam no contexto luso não desvanecia a tristeza que invadia o espírito ao se examinar de perto os acontecimentos do Brasil, pois viria a ser um desalmado egoísmo antepor ao bem público qualquer conveniência especulativa, no propósito de fazer castelos de teorias platônicas³⁸. Para *A Tarde*, as últimas notícias do Brasil denotavam que chegara o período agudo da crise política que assoberbava aquele grande e opulento país, digno certamente de melhor sorte, desejando que a queda estrondosa de Deodoro da Fonseca pusesse ponto final a todas as loucuras daqueles últimos dois anos de infantilidade política³⁹.

O *Diário Popular* voltava a reconhecer e acatar o direito que tinha o Brasil de reger-se pelas instituições que lhe aproovessem, mas argumentava que seria lícito fazer o balanço das vantagens e das desvantagens políticas e sociais que as novas instituições lhe trouxeram, ainda mais diante do período agitado e desastroso dos últimos dois anos⁴⁰. Em matéria intitulada “A respeito do Brasil”, *O Economista* lembrava as implicações da crise brasileira em Portugal, explicando que ninguém deveria ou poderia exultar com os fatos políticos do Brasil, visto que, mais ou menos diretamente, as suas consequências pesavam sobre todos os portugueses. Segundo o jornal, o mais importante seria tirar daqueles fatos a lição que eles estavam dando, considerando que tal atitude não seria um mau conselho, principalmente para quem precisava dessas advertências e desses exemplos⁴¹, numa clara referência aos adversários republicanos.

Já O Português lembrava que os últimos acontecimentos do Brasil eram objeto de todas as conversações e o espanto de todos os que discutiam o assunto, fazendo referência a uma possível lembrança da impressão e do abalo notável, que, por diferentes motivos e considerações de natureza muito variada, causou a

³⁸ PORTUGAL. Lisboa, 24 de novembro de 1891. Ano 2. N. 342. p. 1.

³⁹ A TARDE. Lisboa, 24 de novembro de 1891. Ano 3. N. 884. p. 1.

⁴⁰ DIÁRIO POPULAR. Lisboa, 25 de novembro de 1891. Ano. 26. N. 8.821. p. 1.

⁴¹ O ECONOMISTA. Lisboa, 25 de novembro de 1891. Ano 11. N. 3.065. p. 1.

revolução brasileira e a deposição do imperador. O jornal explicava que o Brasil, que nascera e vivera nas tradições monárquicas, de repente, como num cenário de mágica, transformara-se, mudando de ideias e de orientação, e de todos os cantos choveram as adesões ao novo sol que se erguia, cheio de vida, de esperanças e de resplendentes miragens. A folha apontava que alguns republicanos lançaram mão do marechal Deodoro, como de qualquer outro símbolo, e com ele à sua frente atiraram pelo ar as instituições monárquicas e tudo que mais diretamente a elas se prendia, vindo depois a dura experiência confirmar tudo aquilo que havia de imprudente e de perigoso para aquela nação em se lançar assim, impensadamente, numa aventura de tão graves consequências. Segundo o periódico, os novos governantes não tiveram como conjurar a derrocada que todos os dias se acentuava, devendo em breve reduzir o Brasil a uma extremidade desesperada, de modo que a tal país estaria reservado, por muito tempo, o triste condão de ver esterilizar e murchar todas as suas fontes de produção, consumidas e mirradas numa contínua experiência de homens de governo e numa infrutífera busca de estadistas, que bem administrassem o país⁴².

Na sustentação do confronto discursivo com as folhas adversárias, *A Tarde* afirmava que o fato de os jornais republicanos andarem deveras embrulhados com os acontecimentos do Brasil não admitia contestação e que, de resto, não o merecia. Na concepção do periódico, doravante, seria efetivamente dificultoso para as publicações antimonárquicas encontrar papalvos que acreditassem na estabilidade das instituições republicanas, já que se as repúblicas num dia se levantavam, para caírem no outro, claro era que ou a vontade popular se conservava estranha a algum, pelo menos, desses movimentos, ou o governo republicano era de tal ordem que pouco tempo exigia para demonstrar a sua absoluta ineficácia contra os erros e contra as ambições dos homens. Seguindo tal linha de pensamento, o jornal dizia não poder supor que a vontade popular naquele país fosse uma espécie de prostituta, que num dia se vendia a este e que, no próximo, se venderia a qualquer outro, e concluía que, em qualquer das hipóteses que estabelecera, a ideia republicana fazia uma triste figura⁴³.

O Dia buscava justificar a postura das folhas monárquicas ao apresentar os fatos desencadeados no Brasil, afirmando que havia

⁴² O PORTUGUÊS. Lisboa, 25 de novembro de 1891. Ano 4. N. 1.299. p. 1.

⁴³ A TARDE. Lisboa, 25 de novembro de 1891. Ano 3. N. 885. p. 1.

dois anos que esse país se lançara num caminho de audaciosas aventuras políticas e de aventuras financeiras ainda mais temerárias, chamando sobre si a atenção e a crítica de toda a Europa. Segundo o jornal, não fora, nem podia ser a imprensa portuguesa estranha a esse espetáculo mirabolante que lhe oferecia um povo amigo e irmão, noticiando por dever de ofício e comentando impulsionada pelos sentimentos da mais afetuosa estima. Comentava que as aventuras volveram-se em desastres, as temeridades em catástrofes, vendo-se em perigo a integridade de uma grande nação que era o mais brilhante e o mais glorioso atestado da capacidade colonizadora dos portugueses. Diante disso, argumentava que houvera frases de indignação, artigos de merecida censura para os *condottieri* da política e para os flibusteiros da finança, que sem escrúpulos desbaratavam a fortuna do Brasil, considerando que, em tal atitude, nada havia de incorreto ou desleal, uma vez que, deplorando as desgraças do Brasil, a imprensa monárquica portuguesa apontara as mesmas como um exemplo a evitar na política interna lusa. Perante tais perspectivas, a folha questionava que, se a grande nação da América Austral, rica, opulentíssima de todos os recursos naturais, não pudera resistir intacta e íntegra aos desvarios dos seus epilépticos inovadores, o que não aconteceria a Portugal, quando a fatalidade de um regime semelhante passasse por cima das suas instituições tradicionais e ponderava que seria isso e nada mais, o que a imprensa monárquica lusitana vinha ponderando a respeito dos acontecimentos do Brasil, sem por forma alguma pretender atuar ou interferir na marcha política da nação irmã⁴⁴.

Em abordagem parecida, o *Correio da Manhã* comentava que os jornais republicanos lusos alegavam que em Portugal se conspirava a favor da restauração monárquica no Brasil, considerando esta como uma absurda afirmação. Perante tal acusação, ponderava que nada tinha com as instituições brasileiras, diante das quais, republicanas ou monárquicas, seria completamente indiferente, desejando que o país tropical vivesse em paz e que desenrolasse a sua prosperidade. Mas o espírito crítico logo apareceria, quando o jornal argumentava que poderiam os brasileiros ter entre si as mais extraordinárias lutas políticas, vindo a ter transformado o nome da liberdade na mais odiosa escravidão. Apontava que o regime político brasileiro era execrável, e sentia muito por isso, mas avisava que não se incomodaria

⁴⁴ O DIA. Lisboa, 26 de novembro de 1891. Ano 4. N. 1.311. p. 1.

enquanto esses males políticos não contagiassem o estado social, e enquanto o Brasil continuasse a trabalhar e a produzir, esclarecendo que era certo que não fora agradável para os portugueses aquela passagem de império à república, mas pior seria que viesse a também ocorrer outra, da federação à desmembração, já que tudo quanto pudesse introduzir naquele país um novo elemento de discórdia não poderia ser favorecido em Portugal⁴⁵.

O *Jornal do Porto* referia-se ao Brasil como uma cruel desilusão, esclarecendo que era importante analisar o que estava se passando no país, no qual a transformação súbita do regime político operara-se por uma forma surpreendente, e a contar de então a verdade era que, de surpresa em surpresa, ele fora da proclamação da república até a ditadura e suas consequências. Segundo o periódico, a desilusão estava naquela intrincada cadeia de sucessos, pelo qual nem a transformação do regime político tivera nunca a plena confiança dos patriotas, nem a consolidação da república obtivera acentuada defesa e consistência, porque os interesses do povo foram iludidos. Na concepção da folha, tal desenrolar dos fatos demonstrava que a queda do império fora um desastre que, semelhante a um ciclone, destruíra na sua passagem toda a ventura de um país, arrastando na derrocada todas as esperanças, todas as ilusões e todo o crédito nacional, e determinando depressões no câmbio, tão fundas, tão desastrosas que colocaram todas as classes na mais absoluta impossibilidade de fazerem a mais pequena e a mais insignificante das transações pecuniárias. De acordo com o diário portuense, a anarquia não era tolerável, mas menos tolerável seria a desconfiança no crédito, as oscilações do câmbio, e as terríveis consequências de ambos que tanta influência exerciam no modo de existir de um povo habituado a gozar de verdadeira liberdade, de santa equidade, e de crédito financeiro sem óbice de qualquer raça⁴⁶.

Já em dezembro, as publicações monárquicas continuariam a manter seu discurso enfático em relação aos azares do Brasil, com a mudança na forma de governo, chamando tais fatos de drama de 15 de novembro⁴⁷. A pregação calcada na comparação continuava a ser a base de tal construção discursiva, como no caso do *Diário Popular*, ao afirmar que o Brasil, que vivia tranquilo e livre, à sombra das instituições monárquicas, desenvolvendo de maneira

⁴⁵ CORREIO DA MANHÃ. Lisboa, 27 de novembro de 1891. Ano 8. N. 2.164. p. 1.

⁴⁶ JORNAL DO PORTO. Porto, 27 de novembro de 1891. Ano 33. N. 281. p. 1.

⁴⁷ NOVIDADES. Lisboa, 5 de dezembro de 1891. Ano 7. N. 2.345. p. 1.

assombrosa a sua riqueza e afirmando cada vez mais as liberdades de que desfrutava, arrancara, no meio de uma sedição militar, a coroa veneranda ao velho imperador, despedaçando o trono que representava a sua independência, e proscrevendo e exilando o valetudinário soberano. Para o jornal, tal período, relativamente curto, fora prenhe de acontecimentos que serviam como lições e ensinamentos, pois à paz sucedera-se a desordem e à desordem o pânico, e, no meio desse transcorrer de desastres, uns sangrentos, outros despóticos, todos liberticidas e contraditórios com as promessas e as ilusões dos que confiavam na república, viera a paralisação de todo o comércio, a depreciação de todos os títulos, a baixa do câmbio e a miséria e a fome fazendo a sua aparição sinistra por entre os fachos da guerra civil, ateadas em diversos pontos do solo brasileiro. Tal perspectiva negativa era concluída pela asserção de que aquele seria, em resumo, o resultado lúgubre de dois anos do novo sistema de governo, cortados de tumultos e de explorações financeiras aventureiros, ensanguentados e angustiosos de dentro dos quais se não poderia tirar o vislumbre de uma felicidade única sequer⁴⁸.

Assim, as prevenções monárquicas em Portugal ganharam terreno a partir do golpe de estado de 1891, ampliando-se as perspectivas impressas acerca dos malefícios que poderiam ser trazidos pela transformação ocorrida dois anos antes⁴⁹. Se em 1889 os jornais monárquicos trabalhavam apenas com uma perspectiva voltada às previsões, intentando adivinhar um futuro tenebroso para o Brasil sob a nova forma de governo, a partir de 1891, segundo eles, os vaticínios negativos estariam a tornar-se uma efetiva realidade. De acordo com tal visão, os possíveis males advindos com a república deixavam de ser etéreos e contidos no campo das possibilidades para se tornarem fatos concretos que caracterizariam uma triste realidade que passava a assolar a jovem república. A crise era agora palpável e os riscos de guerra civil e rupturas institucionais e territoriais, até então bastante propalados, serviriam de profícua munição para a sustentação do discurso monárquico por meio das folhas impressas.

⁴⁸ DIÁRIO POPULAR. Lisboa, 14 de dezembro de 1891. Ano. 26. N. 8.840. p. 1.

⁴⁹ ALVES. p. 167.

NADA MAIS É DO QUE UMA CRISE PASSAGEIRA: AS VERSÕES DO JORNALISMO REPUBLICANO

As folhas republicanas portuguesas tiveram de fazer um esforço redobrado na busca por convencer os leitores de que, apesar dos sobressaltos, a república brasileira não estava em perigo e continuaria próspera. Com isso, intentou-se denunciar a existência de uma campanha de descrédito contra a república no Brasil, bem como de um projeto restaurador, a que imputava parte da culpa pelos problemas na nação americana. Segundo esse jornalismo, o golpe presidencial fora um ato normal que fazia parte das perturbações momentâneas típicas da formação histórica das repúblicas, de maneira que a transição de Deodoro a Floriano seria apontada como a solução dos problemas e a garantia do acerto de rumos. Era ainda manifesta a completa certeza de que o Brasil superaria aquele momento de adversidades e sustentava-se ardoroso conflito discursivo com os periódicos monárquicos⁵⁰.

Desse modo, tais publicações abordaram, de maneira bem menos enfática, os fatos ocorridos no Brasil a partir da crise desencadeada pelo golpe de Deodoro, buscando diminuir a relevância das dificuldades enfrentadas. Logo nos primeiros dias de novembro, enquanto *A Vanguarda* limitava-se a publicar acanhada nota sobre os acontecimentos no Brasil⁵¹, *O Século* também destinava pequeno espaço gráfico a tais fatos, informando, através de uma agência internacional, que o congresso fora dissolvido e a lei marcial proclamada, estando restabelecida a ditadura do marechal. O periódico enfatizava que não se tratava de notícias oficiais, não havendo garantias de seriedade e, relativizando tais episódios, afirmava que não se deveria esquecer que havia um certo antagonismo entre Deodoro e o congresso, e que seria bem possível que o conflito se tivesse dado entre os dois poderes, numa abordagem bastante reducionista a qual era concluída pelo aviso de que, sem notícias de fonte mais segura, todas as conjecturas seriam fora de propósito⁵². Já no dia seguinte, o jornal confirmava a dissolução do congresso, mas voltava a dizer que o fato resumira-se a um conflito entre o presidente e o parlamento, não acreditando que o mesmo viesse a trazer maiores complicações ou tivesse a gravidade que se lhe pretendia dar, numa alusão às publicações

⁵⁰ ALVES, p. 172.

⁵¹ A VANGUARDA. Lisboa, 5 de novembro de 1891. Ano 1. N. 210. p. 1.

⁵² O SÉCULO. Lisboa, 5 de novembro de 1891. Ano 11. N. 3.506. p. 1.

monarquistas. A folha chegava a dar aos acontecimentos um tom de normalidade, ao explicar que a ação do chefe de estado no Brasil não era a mesma dos chefes dos estados monárquicos, pois ele tinha a responsabilidade do executivo, correndo-lhe conseqüentemente com essa responsabilidade a obrigação de intervir, quando o julgasse conveniente, na política interna⁵³.

A Voz Pública, ao referir-se à ditadura do marechal Deodoro, considerou que a atitude presidencial constituía um ato extremado, mas que fora inspirada por motivos de interesse geral, únicos que até então tinham movido o ânimo do honrado militar em todas as suas deliberações. Em seguida, a folha republicana passava a combater a imprensa monárquica, afirmando que era conhecida de todos a campanha que, desde a fundação da república do Brasil, vinha-se fazendo na Europa contra a consolidação da ordem democrática naquele grande país, e, nesse quadro, a capital do reino português fora um dos mais ativos focos senão o mais importante da propaganda caluniosa contra os homens do novo regime brasileiro. Na opinião da folha, desde o presidente da república até o mais modesto cidadão aderente à nova ordem de coisas, tudo e todos foram miserrimamente maltratados por jornalistas sem consciência, sem patriotismo e, porventura, lançados contra a república por maus instintos de assalariados. Segundo o periódico, a república do Brasil era um verdadeiro pesadelo para todos os monarquistas da Europa, já que uma coroa na livre América, ainda que de papelão dourado, seria considerada como um notável exemplo de virtudes inerentes e exemplares postas ao serviço do regime monárquico europeu. Diante disso, manifestava seu crédito no altíssimo patriotismo de todos os brasileiros dignos desse nome, convencendo-se de que o ato do marechal Deodoro não suscitaria animosidades senão aquelas que o bom senso ordenava para a salvaguarda dos interesses comuns englobados debaixo do nome da pátria⁵⁴.

Seguindo suas argumentações, a publicação republicana portuense acusava que haviam sido espalhados boatos alarmantíssimos sobre os negócios da república do Brasil, fazendo referência a telegramas forjados por especuladores, os quais diziam que o país estava entregue aos horrores de uma revolução, fuzilamentos, proclamação do *velho* e outras baboseiras só acreditáveis por papalvos ou malvados, uns por carência de

⁵³ O SÉCULO. Lisboa, 6 de novembro de 1891. Ano 11. N. 3.507. p. 1.

⁵⁴ A VOZ PÚBLICA. Porto, 7 de novembro de 1891. Ano 2. N. 469. p. 1.

inteligência, outros pelos interesses vilíssimos de espalhar o terror branco entre os timoratos possuidores de valores brasileiros, a fim de se apoderarem deles por baixos preços. Diante disso, *A Voz Pública* dizia que seria preciso que o público se prevenisse, abrindo bem os olhos em face daquela horda de especuladores, rindo-se do espírito malévolo que os dominava e acautelando-se dos seus desígnios bem claros – os de se apossarem por pouco do que custou muito aos outros. Para a folha, era necessário, sob pena de prejuízos lamentáveis e escusados, que o público se compenetrasse da certeza de que o Brasil econômico e financeiro não se abalava facilmente a ponto de perder o seu total equilíbrio e com ele a sua existência futura pelo fato necessário de uma ditadura patriótica, que só teria o defeito, perante os interesses da nação brasileira, de se ter realizado mais tarde do que devia ser. Mantendo o tom, o periódico concluía que os especuladores apressavam-se em armar boatos aterradores para obterem os valores brasileiros por preços baixos, na certeza de os venderem depois com subidos preços e essa seria a única razão de todas as notícias falsas a respeito do Brasil, devendo o público ter muita cautela⁵⁵. Ainda que mais moderadamente, *O Século* buscava desmentir os boatos alarmantes, espalhados em toda a Europa, acerca da restauração e da perturbação da ordem pública no Brasil⁵⁶.

Apesar da crise, as folhas republicanas não abriram mão de saudar o segundo aniversário da mudança da forma de governo brasileira. Nesse sentido, *A Vanguarda* lembrava que fazia dois anos que fora proclamada a república no Brasil, onde se preparavam grandes festejos para solenizar tal data e argumentava que, apesar do que os jornais monárquicos diziam e escreviam sobre o Brasil, deveriam ficar certos os noveleiros e os intrigantes que a monarquia fora de vez banida da América do Sul e naquele dia glorioso, cumpria-lhe saudar o povo brasileiro, como um irmão e amigo⁵⁷. *A Voz Pública* também publicaria uma saudação para a data, lembrando que, em 1889, a 15 de novembro, um povo irmão lembrara-se de afirmar perante a civilização a sua virilidade política e de fato a afirmara à face da América e do mundo, de modo que, num momento, uma monarquia isolada em plena democracia americana relegara para os domínios da recordação histórica aquela forma repugnante ao ideal moderno e uma mesma luz

⁵⁵ A VOZ PÚBLICA. Porto, 11 de novembro de 1891. Ano 2. N. 472. p. 1.

⁵⁶ O SÉCULO. Lisboa, 12 de novembro de 1891. Ano 11. N. 3.513. p. 1.

⁵⁷ A VANGUARDA. Lisboa, 15 de novembro de 1891. Ano 1. N. 220. p. 1.

incessantemente bela envolvera, na área imensa da sua projeção, todos os povos independentes do novo continente. Segundo o jornal, todas as dificuldades da democracia brasileira provinham da sua febre de perdoar, o que não deveria se dar diante da especulação sebastianista, mas, ainda assim, exclamava que a verdade triunfaria, dissipando-se umas ligeiras manchas do belo horizonte da liberdade brasileira⁵⁸.

Na concepção do periódico republicano, naquele 15 de novembro, o Brasil rompera com as instituições monárquicas, atirando-as de chofre à vala do esquecimento e, através de uma revolução incruenta, como nunca se dera na história do mundo, encheria de júbilo os corações dos portugueses que se interessavam pela hegemonia do Brasil na América do Sul⁵⁹. *O Século* continuava na sua campanha em prol de desmentir as publicações monárquicas, divulgando telegramas de autoridades públicas brasileiras, no intento de desfazer os boatos terroristas que os inimigos da república vinham espalhando. Lembrando o aniversário, o jornal afirmava que, recebendo tais notícias no momento em que a nascente e simpática república brasileira festejava o segundo aniversário da sua fundação, fazia votos para que aquele povo irmão, a que tantos laços estavam os portugueses ligados, entrasse num período de absoluta serenidade e prosperidade, robustecendo-se nos vastos e opulentos recursos de que dispunha⁶⁰.

A tentativa de demonstrar que a tranquilidade reinava no Brasil era constante, caso de *A Voz Pública*, segundo a qual a paz estava garantida naquele país e com ela a certeza de ver-se em breve restabelecida a normalidade política no seio da grande república, interrompida pelo necessário ato de energia e patriotismo de um ilustre e honrado militar a fim de obstar a que os manejos sebastianistas continuassem infrenes sob capa de jogatina bolsista. De acordo com o periódico, a república do Brasil seguiria dali em diante o seu curso, mais ou menos sujeita a crises, levando a nação à prosperidade e à grandeza, apesar das invenções dos pouco engenhosos sebastianistas portugueses. Nesse sentido, defendia que o Brasil haveria de progredir, enquanto que Portugal iria descer, seguindo o tenebroso caminho em que se via metido, uma vez que o marechal Deodoro estava imperturbavelmente salvando a república,

⁵⁸ A VOZ PÚBLICA. Porto, 15 de novembro de 1891. Ano 2. N. 476. p. 1.

⁵⁹ A VOZ PÚBLICA. Porto, 15 de novembro de 1891. Ano 2. N. 476. p. 1.

⁶⁰ O SÉCULO. Lisboa, 16 de novembro de 1891. Ano 11. N. 3.517. p. 1.

afastando-a das mãos sujas de muitos aventureiros⁶¹.

O combate às versões dos jornais monarquistas era uma constante no discurso republicano, como *A Vanguarda*, ao defender que a imprensa republicana e todos os jornalistas imparciais deveriam corrigir as falsidades e as verdadeiras heresias que as folhas monárquicas estavam publicando com o fim vilíssimo de desprestigiarem o ideal republicano. Na concepção do periódico, especulava-se com as antigas tendências separatistas de alguns dos atuais estados da nova república, e tão longe levavam os defensores da monarquia a sua má fé ou a sua ignorância, que parecia a quem lesse despreocupadamente que fora somente sob o regime da democracia que no Brasil surgira o monstro do separatismo. Em visão antagônica, o jornal citava os vários casos de revoltas separatistas ocorridas à época imperial, concluindo que tais argumentos eram suficientes para se ver que a república não criara o movimento separatista a que, com requintada má fé, aludia-se nas folhas monárquicas, antes pelo contrário, pois teria destruído a centralização que esmagava e que tanto feria os interesses regionais. Dessa forma, considerava que a corrente separatista, que se avolumara sob o império, a partir do 15 de novembro, não tinha a menor razão de ser, pois a liberdade e as garantias dos estados poderiam ainda ser aumentadas, intento que sob o antigo regime não seria obtido sem quebra violenta do princípio de nacionalidade, e que, naqueles novos tempos, poderia ser facilmente conquistado pela reforma da constituição federal, de modo que ficaria assim demonstrado que a república não criara nenhum fator novo de perturbação, antes, eliminara muitos⁶².

Por sua vez, *O Século* chamava atenção para as vantagens que estariam sendo tiradas a partir das especulações sobre o Brasil de parte da imprensa e daqueles que pretendiam desenvolver aventuras financeiras. A folha criticava aquilo que chamava de imprensa conservadora, afirmando que as matérias divulgadas pela mesma poderiam causar problemas nas relações luso-brasileiras. A respeito da atitude presidencial, destacava que não saberia dizer ainda se Deodoro andara bem ou mal, explicando que não conhecia razões que pudessem justificar, desculpar ou atenuar a conduta política do marechal, bem como não possuía no momento elementos positivos sobre os quais pudessem assentar um juízo seguro e as primeiras notícias do Rio de Janeiro eram consideradas

⁶¹ A VOZ PÚBLICA. Porto, 17 de novembro de 1891. Ano 2. N. 477. p. 1.

⁶² A VANGUARDA. Lisboa, 20 de novembro de 1891. Ano 1. N. 225. p. 1.

insuficientes para elucidar bem acerca do acontecimento. O jornal conjecturava que aquelas vicissitudes não poderiam ser consideradas motivos plausíveis para se condenar as instituições democráticas, uma vez que a república brasileira ainda não entrara no período normal da sua existência, achando-se na crise de formação, fase em que as sociedades estariam sujeitas aos embates mais ou menos violentos. Diante disso, o periódico propunha-se a fazer uma aproximação interessante, ou seja, recordar uma página da história dos primeiros anos da independência brasileira e passava a descrever a ação de D. Pedro I no fechamento da Assembleia Nacional Constituinte, tentando criar uma equivalência entre as atitudes do primeiro imperador e do presidente brasileiro. A publicação republicana concluía afirmando desconhecer as causas do golpe de estado, mas considerava que o mesmo não representava um perigo iminente e invencível para a integridade da nação brasileira, para os progressos futuros deste país feracíssimo, e, enfim, para a solidez das instituições democráticas, uma vez que o Brasil estaria atravessando simplesmente uma passageira crise de formação⁶³.

A imprensa republicana chegou a transcrever trechos do manifesto presidencial, considerando-o sobremaneira importante⁶⁴. Além disso, a respeito da situação no Brasil, persistia na crítica aos jornais que estariam a alardear a crise brasileira, defendendo que cuidados deveriam ser tomados para que fossem evitados prejuízos às relações harmônicas com o Brasil, ainda mais que, diante dos prejuízos comerciais e cambiais, a jovem república pudesse sofrer, seriam exatamente os portugueses os mais prejudicados, uma vez que ficariam impedidas as remessas de dinheiro daquele país para Portugal. Nesse sentido, era dado um recado direto às publicações monárquicas, lançando-se qualificativos negativos sobre os responsáveis pelas mesmas, chamando-os de desvairados que, só por ódio político ou espírito especulador, poderiam estar movendo uma campanha desgraçada contra o Brasil⁶⁵.

Com a queda de Deodoro, as folhas republicanas não mudaram o teor de seu discurso, pois, embora não mais elogiassem o ato presidencial, persistiam na argumentação acerca da normalidade dos acontecimentos no Brasil. Nesse contexto, *A Vanguarda* afirmava que a república francesa atravessara crises

⁶³ O SÉCULO. Lisboa, 22 de novembro de 1891. Ano 11. N. 3.523. p. 1.

⁶⁴ A VANGUARDA. Lisboa, 23 de novembro de 1891. Ano 1. N. 228. p. 3.

⁶⁵ O SÉCULO. Lisboa, 23 de novembro de 1891. Ano 11. N. 3.524. p. 1.

gravíssimas, que muitas vezes fizeram com que os partidários da monarquia lhe vaticinassem a morte, mas que nada disso impedira que a república salvasse a França e que a levantasse ao máximo do seu esplendor, e seria um processo semelhante, o que se estava dando com o Brasil, tendo aproximadamente o mesmo valor. Em manobra diversionista, a folha desviava a atenção para um suposto movimento restaurador, afirmando que a especulação monárquica, tentada em volta da crise política que a nação brasileira atravessava, só poderia impressionar aqueles que julgavam que a servidão era a ordem, mas que a solução das dificuldades que essas crises provocavam seria infinitamente mais simples nas repúblicas do que nas monarquias⁶⁶.

Na concepção do jornal republicano, a deposição do marechal Deodoro e a sua substituição pelo vice-presidente Floriano Peixoto era uma garantia de que o conflito aberto chegara à sua natural solução, visto que desaparecera da cena política o indivíduo contra quem se levantaram as cóleras populares, e tão naturalmente se chegara a esse termo, que a substituição do presidente se fizera sem efusão de sangue, ante as simples indicações da opinião, que se pronunciara contra a sua política. Para *A Vanguarda*, era assim que nas repúblicas se resolviam as crises mais graves, e, uma vez resolvidas, tudo fazia prever que o riquíssimo Brasil asseguraria em bases seguras a sua prosperidade econômica e a sua estabilidade política⁶⁷. Ao confirmar a derrubada de Deodoro e a ascensão de Floriano, *O Século* acusava a existência na Europa de um projeto conspiratório de restauração da monarquia no Brasil, alertando que não levaria mais longe tais considerações a esse respeito, já que o assunto era delicado e a situação lusa delicadíssima, se alguém se prestasse, entre os portugueses, a cooperar na restauração da monarquia na nação brasileira⁶⁸. Além disso, censurava os jornais que estariam a opinar acerca de uma possível restauração monárquica no Brasil, buscando garantir que não deveriam ter os amigos da liberdade nenhuma apreensão sinistra sobre os destinos da jovem república, podendo ficar tranquilos, pois esse grande e famoso país manteria o glorioso compromisso que contraíra perante o mundo civilizado, e seus filhos não desmentiriam jamais a sua heroica procedência⁶⁹.

⁶⁶ A VANGUARDA. Lisboa, 25 de novembro de 1891. Ano 1. N. 230. p. 1.

⁶⁷ A VANGUARDA. Lisboa, 25 de novembro de 1891. Ano 1. N. 230. p. 1.

⁶⁸ O SÉCULO. Lisboa, 25 de novembro de 1891. Ano 11. N. 3.526. p. 1.

⁶⁹ O SÉCULO. Lisboa, 26 de novembro de 1891. Ano 11. N. 3.527. p. 1.

O *Século* persistia em suas versões tranquilizadoras, acusando os jornais autoritários que estariam vendo nos derradeiros sucessos políticos do Brasil sintomas evidentes de uma restauração monárquica, considerando tais conjecturas como infundadas, uma vez que a volta da monarquia no Brasil não passaria de um sonho, tanto como o messianismo de Barba Roxa na Alemanha, ou o sebastianismo em Portugal⁷⁰. O desejo de demonstrar que a normalidade voltara ao Brasil era também manifesto por *A Vanguarda* a qual afirmava que felizmente a grande reação brasileira, depois da deposição do presidente Deodoro da Fonseca, entrara em um caminho de tranquilidade e pacificação renascendo a confiança para os desconfiados e inquietos. A folha enaltecia que o câmbio e os fundos brasileiros subiram desde logo, acentuando-se cada vez mais a esperança de que a política daquele país entraria num período de prosperidade e regeneração⁷¹.

Tais atitudes das publicações antimonárquicas continuariam em dezembro de 1891, caso de *A Voz Pública*, que lançava o argumento de que, com a crise política a qual o Brasil vinha atravessando, os monárquicos portugueses chegaram a ter vagos clarões de esperança no restabelecimento da monarquia bragantina de além-mar, e não tiveram mão em si que não deixassem, nos seus jornais, transparecer o seu sonho ilusório. Diante disso, o periódico vaticinava que a restauração da monarquia poderia entrar na mente cobiçosa de alguns loucos despeitados, mas qualquer tentativa para a sua realização apenas conseguiria acender ali a guerra civil, despertando o espírito separatista dos estados que a federação fizera autônomos, e que não aceitariam por forma alguma uma nova transformação em sentido retrógrado⁷². O jornal criticava as folhas monarquistas por atacarem a república brasileira, condenando aquela que seria uma imprensa ligada pelo cordão umbilical aos *fundos secretos* e que cooperava no coro e num imenso clamor de infamíssimos despautérios, revelando à terra, ao mar e ao mundo que em Portugal o servilismo atingira o período álgido da sua evolução. Além disso, em tom ameaçador, avisava que aquilo o qual escreveram estava escrito, e a reprodução de todas essas infâmias haveria de orientar com precisão a república brasileira, dando-lhe uma ideia nítida da envergadura moral destes *diggers* dos cofres públicos⁷³.

⁷⁰ O SÉCULO. Lisboa, 28 de novembro de 1891. Ano 11. N. 3.529. p. 1.

⁷¹ A VANGUARDA. Lisboa, 28 de novembro de 1891. Ano 1. N. 233. p. 1.

⁷² A VOZ PÚBLICA. Porto, 2 de dezembro de 1891. Ano 2. N. 490. p. 1.

⁷³ A VOZ PÚBLICA. Porto, 4 de dezembro de 1891. Ano 2. N. 492. p. 1.

Com alívio, a imprensa republicana noticiava que a normalidade parecia estar voltando ao cenário político brasileiro; não havendo, portanto, qualquer espaço para as tendências restauradoras. Nesse sentido, *O Século* afiançava que a ideia da restauração, que ainda sorria a alguns, fora necessariamente posta à parte⁷⁴. Além disso, o jornal republicano desmentia os representantes do jornalismo que teriam dado curso a boatos alarmantes acerca da tranquilidade pública no Brasil e da situação financeira da praça fluminense. Efusivamente, o periódico destacava que a legação brasileira tinha recebido um telegrama que dava como findos os motins populares no seio da jovem república⁷⁵ e no intento de garantir que a tranquilidade estaria garantida no Brasil, a folha enfatizava que os telegramas recebidos do país tropical davam como assegurada a paz em todo o território da república⁷⁶.

Era esse o descomunal esforço da imprensa republicana portuguesa para apoucar as grandes dificuldades que assolavam a república brasileira, ou, ao menos, transmutá-las em um fenômeno normal e passageiro característico de um regime em construção⁷⁷. O intento fundamental de tais folhas era estabelecer um ar de normalidade cotidiana aos acontecimentos no Brasil, primeiro vindo no ato presidencial um fenômeno justificável, e, após a queda do mesmo, praticamente esquecendo o que fora dito antes, vindo a afiançar que a ascensão do vice-presidente constituiria o maior atestado da correção de rumos nos caminhos seguidos pela jovem república. Sem esquecer os adversários no campo político e ideológico, as publicações republicanas não poupavam críticas aos jornais monárquicos e em grande parte justificavam as dificuldades brasileiras a partir daquilo que propalavam como um sorrateiro projeto sebastianista que pretendia a restauração da forma monárquica no Brasil.

Ao final de 1891, o Brasil passava por sua primeira crise política mais intensa, quando o golpe de estado efetuado pelo presidente teria o impacto de uma pesada ruptura institucional que agitou a vida política do país. Tais fatos foram observados pela

⁷⁴ O SÉCULO. Lisboa, 6 de dezembro de 1891. Ano 11. N. 3.537. p. 3.

⁷⁵ O SÉCULO. Lisboa, 13 de dezembro de 1891. Ano 11. N. 3.544. p. 1.

⁷⁶ O SÉCULO. Lisboa, 14 de dezembro de 1891. Ano 11. N. 3.545. p. 1.

⁷⁷ ALVES. p. 178.

imprensa monarquista lusa como a derradeira das crises que afetava o regime brasileiro e prova incontestemente de que a república não era uma forma de governo confiável. Já o jornalismo republicano buscou suavizar a crise, qualificando-a de transitória, típica de uma república em formação. Mais uma vez a grande tendência foi enxergar-se no Brasil um modelo que poderia ser seguido ou evitado às últimas consequências em Portugal, dependendo da orientação expressa em cada uma das publicações periódicas⁷⁸. Ainda que as matérias noticiosas e opinativas fossem sobre o Brasil, era uma óptica espelhada aquela que predominava, pois os jornais lusitanos, monárquicos ou republicanos, ao olharem para o Brasil, viam em essência os destinos de seu próprio país.

⁷⁸ ALVES. p. 188.